

MODELO PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2013

IMPORTANTE: As contribuições que não se tratam de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail cnap.consulta@planalto.gov.br. Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

NOME/IDENTIFICAÇÃO: Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima
CPF/CNPJ: 33.146.952/0001-77

EXTRATO: Proposta de estabelecimento de regra de transição a ser observada até a conclusão dos trabalhos da CNAP na definição da metodologia para estabelecimento do preço do serviço de praticagem

COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM – CNAP

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS – MODELO NOTA TÉCNICA

A necessidade de uma alteração na sistemática de fixação de preços para os serviços de praticagem nos portos brasileiros era uma medida já identificada por diferentes setores da iniciativa privada e do próprio Governo, pois a legislação existente parecia não ser suficiente para uma regulação adequada, de um serviço com características monopolísticas, essencial para dar suporte às atividades econômicas relacionadas ao transporte aquaviário do País. A expectativa de uma mudança no processo regulatório levou algumas empresas a antecipar os reajustes tarifários, acima de qualquer índice de razoabilidade, levando os níveis de alguns preços a valores impossíveis de serem absorvidos nas operações comerciais das empresas.

A publicação do Decreto que criou a CNAP, se por um lado trouxe ao usuário a confiança de que haverá uma reversão da situação existente, por outro incentivou alguns setores da praticagem a demandar novos aumentos unilaterais, com índices sem qualquer respaldo em reajustes inflacionários ou justificativa econômica, o que tem contribuído para um agravamento na relação comercial entre os prestadores e os tomadores do serviço de praticagem.

Temos acompanhado o esforço da CNAP no sentido de acelerar o processo de regulação, mas é fato incontestável que ainda decorrerão alguns meses até que as primeiras medidas possam ser implantadas, ainda assim sujeitas a recursos administrativos para revisão de valores e condições e até mesmo contestações judiciais que poderão ocorrer.

Para evitar um agravamento no relacionamento entre as partes, que certamente refletirá na implantação do processo regulatório, estamos submetendo proposta de medidas emergenciais para serem adotadas durante o período de levantamento, análise e decisão sobre os valores que serão aplicados futuramente.

As medidas que entendemos essenciais seriam:

- congelamento imediato, retroagindo a 90 dias antes da publicação do Decreto de criação da CNAP, de qualquer tabela implantada unilateralmente pelas empresas de praticagem, que não tenham sido objeto de negociação livre entre as partes e formalmente aprovada pelo tomador final do serviço;

- implantação, a curto prazo (máximo 30 dias), de uma regulação provisória, com base no Memento negociado entre o CONAPRA e as entidades representativas dos tomadores de serviços e implantado em 1998, com a importante participação da Autoridade Marítima, que, naquela ocasião, teve um papel de suma importância na pacificação do setor.

Conforme é sabido, o Memento de 1998 estabeleceu uma metodologia de cálculo dos preços de cada tipo de manobra, bastante simples e transparente, que considera basicamente o porte do navio (Tabela de AB), o tempo / distância navegada (Tabela de Distância) e o tipo de manobra (completa, parcial com mudança do ponto de fundeio para atracação, etc.). A implantação do Memento de 1998, em caráter provisório, seria bastante simples e rápido, bastando apenas pequenas adaptações de para algumas ZP's que possam ter tido mudanças relevantes no período, e uma atualização dos valores das UP's (Unidades de Praticagem) acordadas naquela ocasião (R\$ 1.200,00 para a UP de referência / R\$ 600,00 para a UP de navios nacionais em tráfego de cabotagem) com aplicação de índice de reajuste compatível com a elevação de custos e ganho de produtividade da Sociedade.